



Das utopias globais, ruídos e recomposições: uma conversa sobre práticas de leitura e movimentos sociais

Martín Bergel¹

Tradução:
Paulo Edgar R. Resende²

Revisão:
Rodrigo Nunes³

RESUMO

Pelo menos desde o Iluminismo a leitura ocupa um lugar nodal nos projetos emancipatórios abrigados dentro das tradições de esquerda. Mas, ao calor da revolução digital das últimas duas décadas, este espaço privilegiado experimentou profundas transformações sobre as quais talvez ainda não se tenha refletido o suficiente. Neste diálogo, Amador Fernández-Savater, Franco Ingrassia e Rodrigo Nunes, todos eles nascidos nos anos 70 e envolvidos ativamente em movimentos sociais das últimas duas décadas, destrinçam alguns aspectos relativos às mudanças recentes nas relações entre as esquerdas, as redes sociais e as práticas de leitura. Desde suas cidades de residência no momento da entrevista — Madrid, Rosário e Porto Alegre/Londres/Rio de Janeiro, respectivamente —, mas em conexão com muitos outros lugares do mundo, os três participantes desta conversa têm estado desde os anos 90 envolvidos em numerosos espaços e iniciativas vinculadas ao ir e vir entre pensamento e movimentos sociais.

¹ Doutor em História pela Universidade de Buenos Aires, Professor de História da Escola de Humanidades da Universidade Nacional de San Martín (UNSAM), pesquisador do Centro de História Intelectual (Universidad de Quilmes, UNQ) e do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Conicet) da Argentina. Professor de História Social Latino-americana na Universidade de Buenos Aires (UBA). E-mail: mbergel@fibertel.com.ar.

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Autônoma de Barcelona, UAB, Espanha. Professor do programa de Pós-graduação em Sociologia Política, do curso de graduação em Relações Internacionais e de disciplinas EAD da Universidade Vila Velha – ES. E-mail: pauloedgar.rresende@gmail.com.

³ Doutor em Filosofia pela Universidade de Londres. Professor do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: rgnunes@yahoo.com.

Palavras-chave: ciberativismo; esquerdas; práticas de leitura; redes sociais

Recebido em 30/07/2019

Aceito para publicação em 01/02/2020

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v2i23.29033>

Entrevista realizada por Martín Bergel a Amador Fernández-Savater, Franco Ingrassia e Rodrigo Nunes para a Revista Nueva Sociedad, n. 268, março – abril, 2017. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/de-utopias-globales-ruidos-y-recomposiciones/>

Amador Fernández-Savater participou, entre outros, dos movimentos antiglobalização, V de Vivenda e 15M, é editor da Acuarela Libros e colabora ativamente em blogs e meios digitais. É autor de Filosofia e Ação (Editorial Limite, 1999), coautor de Red Ciudadana tras el 11-M: cuando el sufrimiento no impide pensar ni actuar (Acuarela Livros, 2008).

Franco Ingrassia foi um dos fundadores do coletivo cultural Planeta/x e atualmente forma parte da Universidad del Hacer, um dos projetos da organização política Ciudad Futura, de Rosário, Argentina.

Rodrigo Nunes participou ativamente da organização das primeiras edições do Fórum Social Mundial, de campanhas de organização sindical e imigrante em Londres, e foi um dos editores da revista Turbulence. É professor de filosofia na PUC/Rio e autor do livro Organisation of the Organisationless. Collective Action After Networks (Mute, Londres, 2014).

Martín Bergel: Gostaria de propor que examinemos a trajetória do que foram as mudanças dos últimos 20 anos nas condições e práticas de leitura para os intelectuais, militantes e, mais em geral, nas sensibilidades de esquerda (um campo vago e internamente estratificado que haveria de se especificar). Como sabemos, nestas duas décadas assistimos — talvez com menos sobressaltos que o esperado — a profundas mutações sociais e culturais nos modos em que se produzem e circulam os sentidos sociais e o lugar que os textos ocupam nessas situações radicalmente novas. Mas antes de entrarmos nesse exercício de

recapitulação dos quadros de experiência em que vocês estiveram ativamente envolvidos, me permitam começar perguntando algo mais genérico relativo ao status contemporâneo dos textos. Na introdução à edição em castelhano da História da Leitura no Mundo Ocidental⁴, Roger Chartier recorda que nas últimas décadas se falou recorrentemente da possibilidade da morte do livro; e ao mesmo tempo, as estatísticas indicam que nunca se produziu e circulou tantos livros como em nosso tempo. Na visão de vocês, haveria sentido diferenciar os objetos impressos dos textos que circulam rapidamente no formato digital? Como se configurou a interação entre ambos tipos de textos, aqueles que se reproduzem no formato histórico do tipo de objeto que chamamos livro e aqueles que vemos somente nas telas e nos telefones celulares?

Franco Ingrassia: Creio que a diferença entre livros impressos e textos digitais se pode pensar em termos de corte e fluxo. O surgimento da internet liberta a edição de livros de sua função de “publicação”: a circulação digital é muito mais veloz, ampla e econômica. Esse é o fluxo: uma maré incessante de textos que podemos acessar. Nossa capacidade de acesso excede em muito nossas possibilidades de leitura. Mas essa nova ecologia digital permite que o livro impresso adquira um novo estatuto. A edição creio que pode ser entendida hoje como uma operação de corte, de sublinhado. Uma agência editorial, na maior parte das vezes coletiva, toma para si o esforço de isolar temporalmente um texto ou uma série de textos do fluxo, para destacá-los. E dessa maneira se produz uma finitude, partindo desse campo virtualmente infinito da circulação digital, que nos convida à leitura. É assim que resulta possível que alguém leia um livro que obteve um ou dois anos atrás, enquanto que é improvável que faça o mesmo com um PDF baixado com a mesma antecedência.

E me parece também que esta ecologia textual dupla implica o desenvolvimento de uma subjetividade leitora igualmente dupla, que desenvolve critérios para se manejar tanto na finitude dos livros impressos como na infinitude do acesso digital. A essas operações de fluxo e corte realizadas por outros temos que sobrepor nossas próprias, nos convertendo em editores de nossos próprios itinerários de leitura. E penso que essas operações exigem critérios de orientação que necessariamente se encontram fora da ecologia textual. Lemos para algo

⁴ Guglielmo Cavallo e Roger Chartier (orgs.), *História da Leitura no Mundo Ocidental* (São Paulo: Ática, 1998).

que está além da prática de leitura e do mundo dos textos, lemos para que parte do que lemos se articule, se componha, afete mundos de práticas não textuais.

Rodrigo Nunes: Além da dinâmica de corte e fluxo descrita por Franco, podemos pensar nossa relação contemporânea com a leitura em termos da díade informação-ruído. A altíssima velocidade e o custo muito baixo de produção e circulação em formato digital implicam uma oferta de informação que, se não infinita, excede em muito a capacidade de processamento de qualquer indivíduo. Este excesso de informação se converte em ruído; daí a importância da função de filtragem. Nossos filtros vêm de nossos interesses práticos, da educação que tivemos, de nossas referências e assim por diante; cada vez mais, nossos filtros são os outros, e nossa rede de amizades, digitais ou extradigitais, funciona como extensão de nossa capacidade de coletar e processar informação. Mas filtros também vêm do capital simbólico associado a cada fonte e a cada meio, e aí me parece que a publicação impressa tem ainda seu peso. Que algo esteja disponível fora da internet, que um autor não seja apenas reconhecido nos blogs mas também nos meios mais convencionais (livros, revistas), estes elementos ainda operam como filtros relevantes. Isto se vincula não só ao capital acumulado pela publicação impressa em geral, e por alguns nós em particular (determinadas editoras ou revistas, por exemplo), mas também ao fato de que, instintivamente, supõe-se que uma atividade cujos custos são mais elevados mobiliza filtros mais exigentes. E isto sugere algumas questões interessantes para a esquerda, dado que, apesar da digitalização ter permitido uma explosão na produção e circulação de textos críticos ou militantes, a propriedade dos meios de atribuição de capital simbólico não mudou tanto.

Diria então que sim, ainda há diferença entre ambos universos textuais, apesar de que o consumo crescente de livros em PDF ou outros formatos complique as fronteiras entre os dois tipos de leitura, e que a diferença esteja sobretudo relacionada com a qualidade de atenção e com o tempo que se supõe envolvido não somente com a leitura, mas também com a escrita. No formato digital a coisa costuma funcionar mais por saturação: lemos muitas coisas pequenas sobre um mesmo tema, cada uma agrega relativamente pouco, mas com todas vamos cumulativamente compondo quadros da situação. Enquanto que com livros a expectativa é que abordem questões de maior fôlego, que dialoguem com um conjunto mais amplo de fontes, que ofereçam olhares mais completos. Deve-se observar, no entanto, que essa dinâmica de excesso e sobreprodução também penetrou o mercado editorial. Grandes intelectuais como Alain Badiou, Jacques Rancière e Slavoj Žižek hoje alternam tratados teóricos publicados espaçadamente com um fluxo permanente de pequenos livros de divulgação ou

comentários sobre temas atuais. Inclusive os livros contemporâneos que têm uma pretensão sinóptica já não costumam ser grandes sínteses originais como ainda eram *As Palavras e as Coisas* (1966), *O Anti-Édipo* (1972) ou mesmo *Império* (2000), mas textos muito mais parciais, dialogando com uma massa de informação mais recente e restrita. Porque ninguém tem mais condições de sintetizar tudo, e menos ainda sob o imperativo da produtividade que pesa sobre os acadêmicos, ou o imperativo de participação constante no debate que as redes sociais impõem a todos.

Amador Fernández-Savater: Ocorre-me a distinção que faz Reinaldo Laddaga entre o “regime estético” e o “regime prático” das artes. No primeiro, os autores são especialistas que trabalham a uma certa distância do mundo em uma obra com bordas estritas, e se relacionam mais tarde através de espaços “desafetados” (galeria, museu) com públicos silenciosos e desconhecidos. No segundo, o autor é mais um “ponto de passagem” que coleta e relança um fluxo de conversa incessante, feita de segmentos, ligado à “atualidade” e relativamente desierarquizado. A diferença aqui seria que esses dois regimes não se substituem no tempo, como explica Laddaga, mas coexistem (e se contaminam).

Não sei se essa distinção pode ser útil em relação a livros e textos, mas ao menos coincide com minha experiência. Falando como editor, o retorno que por muitos anos recebíamos na editora Acquarela ou na revista *Archipiélago*, por exemplo, era demasiado escasso: uma carta de vez em quando, algo na apresentação ocasional de um livro, coisas assim. Mas cada livro ou número da revista tinha, por suas mesmas condições de produção, certa potencialidade de acontecimento, de sacudida, de irrupção. E falando como leitor, para eu ler um livro, claro, me exige essa suspensão do mundo (do alvoroço do mundo precisamente) de que fala Laddaga. Certo distanciamento, serenidade e atenção quase incompatível (fisicamente) com o estado de inquietude permanente das redes. Por outro lado, no “regime prático do livro”, se cabe falar assim, o que mais valorizo é a condição *amadora* de muitos convidados à conversa, uma autêntica “rebelião dos públicos”. A possibilidade (legitimada) de compartilhar versões beta (esboços, rascunhos e bosquejos) das coisas que se vai pensando, de a pessoa se sentir autorizada a escrever a partir unicamente da autoridade de sua própria experiência, contando algo que tenha vivido em primeira pessoa, etc. Nos dois regimes, a ameaça — “a morte do texto” — me parece que é um pouco a mesma: a *indiferença*. Que por isolamento ou circulação banal, por lentidão mortífera ou velocidade estúpida, um escrito não ressoe, não interpele, não comova, não se vincule, não encontre leitores, não crie novos autores.

MB: *As indagações que abrem estas respostas são fascinantes. Mas agora sim queria que passássemos à história mais concreta das últimas duas décadas. Proponho que tratemos de recuperar os distintos momentos e expectativas que se deram nesses anos, que não classifiquemos todo o período sob um único olhar. Por volta dos finais do século passado, o surgimento do movimento antiglobalização e outros movimentos afins, bem como a aparição de uma militância vinculada às novas redes sociais então apenas incipientes — falamos de uma era anterior ao Facebook —, deram lugar a expressões de otimismo. Alguns até profetizaram que estávamos testemunhando uma verdadeira ruptura nas formas da política emancipatória. O que vocês recordam das discussões e emoções que circulavam então? E ao mesmo tempo, como se reordenaram as práticas de leitura nesses momentos iniciais das redes sociais?*

AFS: Puxando pela memória, vejo uma passagem nesses anos que poderíamos chamar “do underground às redes”. Ou seja, vínhamos do mundo dos fanzines e os circuitos de autoprodução, um trabalho meio artesanal, a impressão por fotocópias, muita presença física para tudo (distribuição, venda direta, encontros), o correio como meio de comunicação (recebíamos cartas na caixa de correios com a mesma emoção que se fossem cartas de amor), etc. E passamos às redes online, às listas de emails, às agências de contrainformação, aos fóruns online — muitas horas em frente à tela para tudo, uma verdadeira aprendizagem. Uma passagem que não é linear ou absoluta, mas combinada. Também me lembro nesses anos de haver trabalhado em revistas e folhetins de agitação (*Archipiélago*, *Contrapoder*, *Desobediencia Global*), os grupos de leitura de livros difíceis e densos (*Mil Platôs*, *A Sociedade do Espetáculo*) em espaços e centros sociais, os dossiês sobre temas importantes do momento (violência, *copyleft*, trabalho, etc.). Minha amiga Marta, a quem pergunto por suas recordações a respeito, me diz que de fato pensa que antes fazíamos um uso mais coletivo da rede, no sentido de pesquisar juntos algo e não simplesmente ler cada um as suas coisas.

Lembro da importância que tiveram livros como *Império e Multidão* de Antonio Negri e Michael Hardt. Livros que devoramos para entender a nova conformação do poder global (acéfalo mas com polos de atração e força, etc.), a guerra desatada depois do 11 de Setembro de 2001 (guerra infinita, guerra constituinte, guerra ordenadora), o caráter do movimento que nasce em Seattle, a natureza do sujeito coletivo que se esboçava (a “multidão”), sua composição, estratégia, linguagem, etc. Uma recepção polêmica, em disputa com a “velha política” interna ao movimento global (nacional-popular, estadocêntrica, etc.), que abriu e ao mesmo tempo fechou: abriu as cabeças a outras noções, imagens

e linguagens, mas finalmente recriou fetiches, palavras-chave e uma *langue de bois* que tinha respostas para tudo a partir de categorias prévias.

Lembro do ar que nos foi dado por um autor como Wu Ming, um grupo de cinco escritores e ativistas italianos que inicialmente tinham experimentado o “nome coletivo” Luther Blissett. Alguns líamos a Wu Ming como uma linha de fuga dessas relações tão pesadas e instrumentais com a teoria, na qual os conceitos se “aplicam” e os fatos “se encaixam”. Seus textos misturavam a literatura e o ensaio, deixavam entrar a experiência vivida nos relatos, investigavam na cultura popular os materiais para contar histórias, tinham uma “vontade de estilo” que os distanciava do simples moedor ideológico militante, escreviam com muito humor, se aproximavam a mundos não estrita ou estreitamente políticos, etc. Dentro da ideia, que hoje me parece tão problemática, da “política como comunicação”, Wu Ming representava uma singularidade, um trabalho singular, uma possibilidade de singularização (e não de repetição mecânica das teorias dos grandes nomes).

Por último, me lembro da experiência do Indymedia Madri, em que combinamos a “abertura ao caos” (a livre publicação de texto ou imagem, hoje algo banal, mas na época insólito e fundador) e uma “linha editorial” que operava, nos termos em que Franco estava falando, um corte no fluxo, um trabalho editorial de orientação e destaque (a partir das posições próprias do coletivo editorial, que eram muito próximas às dos Disobbedienti⁵ italianos). Essa tentativa de edição recebeu uma resposta muito dura, uma verdadeira “guerra troll”, da parte de pessoas e setores que entendiam que estávamos desvirtuando uma ferramenta que deveria ser horizontal, sem outro filtro que não o cronológico, e nos apropriando dela a partir de posições político-ideológicas muito concretas.

Em fim, tudo o que mencionei mais acima (livros, autores, plataformas, discussões, etc.) tinha lugar em uma “área” muito delimitada: aquela da autonomia, dos movimentos sociais. O movimento global era algo assim como “todos os movimentos sociais juntos”. Uma abertura com respeito a momentos políticos anteriores, sem dúvida, mas ainda muito relativa se a vemos do ponto de vista de hoje. Os limites dessa “área” foram felizmente transbordados já na

⁵ Movimento social italiano nascido da dissolução dos chamados Tute Bianche (“Macacões Brancos”) após os protestos contra a reunião do G8 em Gênova, 2001. Baseados sobretudo em centros sociais ocupados no norte e centro da Itália, caracterizavam-se por empregar formas de “confronto não-violento” em manifestações. De todos os grupos autonomistas europeus daquele período, foi o mais influente, construindo uma rede internacional que incluía Espanha, França, Dinamarca e Eslovênia, entre outros.

raiz de movimentos como aquele que houve contra a Guerra do Iraque⁶ e a resposta social ao atentado de 11 de março de 2004.⁷ Do coletivo (ou do “movimento de movimentos”) passamos então ao “pessoal conectado” (blogs e depois redes sociais, outras formas de leitura/ escrita).

FI: A pergunta me remete a uma imagem concreta: uma pilha de textos impressos, obtidos da internet, separados em pastas. Creio que é uma imagem transicional, como boa parte do que ocorreu nesses momentos, não somente no campo da leitura. Creio que essa espécie de biblioteca singular de materiais digitais permitia aplicar a esse novo tipo de acesso digital operações aprendidas na experiência de leitura “tradicional”: grifos, anotações na margem, etc. Recordo também o acesso via internet a traduções de alguns materiais muito referenciados nesse momento que estavam disponíveis antes de sua publicação “oficial”, e que inclusive eram melhores que as traduções posteriormente publicadas — por exemplo, a versão de *Império* feita por Eduardo Sadier. Era uma época na qual, ao menos na Argentina, as dificuldades tecnológicas e econômicas para a edição de livros impressos eram ainda consideráveis, pelo que a popularização da internet implicou uma explosão de acesso a textos que permitiram tomar contato com outras culturas políticas. Mais tarde, novas tecnologias como a impressão por demanda e o *offset* digital mudariam radicalmente os padrões básicos de acesso. Por outra parte, o modo pré-redes sociais de compartilhar essas leituras reenviava a uma circulação mais tradicional: fotocópias de textos impressos, revistas em papel, etc. Nós, como leitores, também estávamos em transição, e ainda que o acesso fosse digital, a maioria necessitava a impressão do texto para poder lê-lo, ou seja, para poder aplicar sobre o texto as operações que produziam uma leitura.

⁶ O movimento contra a Guerra do Iraque estendeu-se de 2002 até após a invasão do país árabe por tropas norte-americanas em 2003. Seu ápice foi o Dia de Ação Global de 15 de fevereiro de 2003, que levou milhões de pessoas às ruas em cerca de 800 cidades em todo o mundo e acabou registrado no *Guinness Book of Records* como o maior protesto da história. Mesmo tendo fracassado no propósito de impedir a guerra, foi o último grande marco do movimento altermundista.

⁷ A mobilização que se seguiu ao atentado terrorista na estação de Atocha, Madri, em 11 de março de 2004, foi o segundo caso na história de movimento convocado primariamente através de mensagens de SMS. (O primeiro, em janeiro de 2001 nas Filipinas, provocara a queda do presidente José Estrada.) Às vésperas de uma eleição, o Partido Popular (PP), que havia apoiado e participado da incursão estadunidense no Iraque, tentou atribuir o atentado ao grupo separatista basco ETA, encobrimdo o fato de que os verdadeiros autores eram ligados à Al Qaeda e haviam agido em represália à posição do governo espanhol. A reação da população foi instrumental para que, apenas três dias depois e contra todos os prognósticos, o PP fosse derrotado nas urnas.

RN: O mais impactante da experiência desses anos, para mim, foi o encurtamento do tempo entre algo acontecer e a difusão de informação e elaboração teórica a seu respeito. Lembro que em 1997 saiu a primeira edição brasileira de *A Sociedade do Espetáculo*, ou seja: esse livro que fora tão importante no 1968 francês chegava ao Brasil com três décadas de atraso. Mas apenas um par de anos depois eu conseguia acompanhar “em tempo real” o que acontecia nos Dias de Ação Global ou os debates que estavam ocorrendo nos movimentos da Argentina, da Europa, do México, dos Estados Unidos ou do resto do Brasil. (Verdade seja dita, naquela época os brasileiros éramos muito mais bem conectados com outros lugares do mundo que entre nós.) Foi uma mudança apaixonante: enquanto as coisas antes pareciam chegar apenas quando já eram episódios dos livros de história, agora era possível intervir em um debate global ao vivo.

Entre os muitos prognósticos otimistas de então, um que acabou se materializando de maneira bastante diferente do imaginado foi o “*be the media*” que era slogan do Indymedia. É verdade que hoje temos uma capacidade generalizada de produção e circulação de conteúdo escrito e audiovisual, e que “ser os meios” é uma possibilidade efetivamente disponível diariamente para quase 60% da população mundial. Mas a aposta pela saturação como via de diminuição do poder dos meios corporativos não trouxe os resultados esperados. Todos produzimos textos e imagens o tempo todo, mas se observarmos quem são as vozes de maior autoridade, aquelas em quem nos apoiamos para compartilhar informação nas redes sociais, veremos que a imprensa corporativa, ou indivíduos associados a ela, seguem ocupando um lugar preponderante.

No fim, muito do que hoje fazem os meios corporativos não é mais que vender-nos de volta a informação que todos nós produzimos, mas filtrada, editada, contextualizada. Mas isto só ressalta o fato de que não podemos ignorar a questão dos filtros, tal como o fizemos há vinte anos atrás. Em uma frase: a saturação gera muita informação, mas esta informação se transforma em mero ruído se as pessoas não tiverem filtros. A aposta pela saturação feita no final do século passado era otimista não apenas porque supunha uma teleologia, uma inexorável linha ascendente de democratização dos meios de produção e difusão de informação. Mais que isso, o problema era que esta teleologia servia para dissolver, em vez de resolver, o problema da mediação. Na medida em que se supunha que o crescimento inevitável da informação instantânea eliminaria todo tipo de mediação, pensar a mediação já não era nenhum problema ou desafio; ela simplesmente definharia até desaparecer. Mas aquilo que descobrimos, no fim das contas, é que o crescimento exponencial da informação imediata,

justamente porque transmuta a informação em ruído, acaba recolocando o problema da mediação. Pode ser que aquilo que debilita os meios tradicionais seja, finalmente, também o que impede que eles morram; o que diminui sua importância serve, por outro lado, para confirmar sua necessidade. Em última análise, a dúvida que surge é se o ideal da ausência de mediação, por mais que nos pareça desejável, não é irrealizável, e irrealizável justamente porque acaba por produzir seu contrário, isto é, a necessidade de mediação. Se este é o caso, o que seria preciso fazer é, em vez de buscar eliminar a mediação, encontrar maneiras de transformá-la, distribuí-la, democratizá-la.

Fala-se atualmente em “crise da mediação”, mas não creio que isso contradiga o que acabo de dizer, antes pelo contrário. Em primeiro lugar, esta crise é, na verdade, uma fragmentação de públicos que se desligam ou distanciam progressivamente dos mediadores tradicionais. Mas isto ocorre justamente porque eles passam a ter seus próprios mediadores — os Youtubers conservadores, por exemplo. Segundo, se a mídia corporativa perde um tanto de sua capacidade de *agenda setting* em relação a estes públicos, cuja conversa interna se torna relativamente autônoma, ela ainda tem muito poder para decidir se a conversa de um público chegará aos outros, a visibilidade e o peso que uma história importante para um deles poderá vir a ter para os demais. No Brasil, isto ficou claro, por exemplo, no papel dos grandes meios em mobilizar para as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff e rapidamente abafar a discussão sobre o impeachment de Michel Temer. Que ela retenha este poder implica, terceiro, um limite para o crescimento destes públicos paralelos. Pode-se objetar que nos Estados Unidos, por exemplo, o ecossistema informacional da extrema direita é gigantesco e altamente autônomo. Mas isto é esquecer que lá eles têm uma grande rede de comunicação, a Fox, como nó central.

MB: *Eu também associo essa primeira etapa à Indymedia como experiência que condensava a aposta pela universalização da produção de notícias, histórias, etc., como um tipo de utopia de indistinção entre produtores e leitores de textos. E, como dizia Rodrigo, tudo isso sob a ideia de que esse movimento de produtores/ leitores poderia vir a ser tão potente quanto a mídia de massa. Mas vocês mesmos chamam atenção para o fato que esse momento durou pouco, e que logo sobrevieram esses fenômenos de “ruído” que comentavam; um ruído que com frequência veiculava emoções bastante negativas (ressentimentos, desconfianças, etc.). Como foram se processando historicamente essas questões quando apareceram, se é que chegaram a se processar, e como pensá-las hoje?*

RN: O que me ocorre aqui é falar de uma transição geracional. O movimento global do início do século foi predominantemente um fenômeno da chamada Geração X, e se caracterizava por ideias muito fortes sobre o anonimato, a autoria, a denúncia de concepções antiquadas de “gênio” ou “líder”, o horror ao *selling out*. Os textos tinham que ser assinados de maneira coletiva, os nomes próprios se ocultavam por detrás de uma série de pseudônimos, havia uma valorização da invisibilidade, bem como doses consideráveis de paranoia em relação a tudo o que se poderia conceber como vontade de poder ou esforço por criar algum tipo de “marca” pessoal ou política. Hoje podemos perceber que havia aí uma tensão ineliminável que vinha de nossa dupla condição de militantes e “trabalhadores culturais”, e que decorria da própria natureza deste tipo de atividade produtiva. Porque, no fim das contas, em condições de atomização diante do mercado, o que faz um trabalhador cultural é sempre, de uma forma ou de outra, apropriar-se privadamente de processos coletivos. Trata-se de algo que seria preciso enfrentar não como uma questão moral, como se se tratasse apenas de uma fraquejada ética que bastaria uma dose maior de vontade militante para impedir; mas a partir de uma perspectiva tática e estratégica que nos ajudasse a navegar essa tensão de maneira saudável, produzindo formas de organização política e econômica capazes de nos tirar da atomização e reforçar processos coletivos. Mas naquele tempo creio que tínhamos ainda uma visão muito moralista sobre o tema, o que fazia com que esta contradição inescapável em que vivíamos só pudesse ser experimentada como culpa e desconfiança, em vez de ser o ponto de partida para a reflexão e a construção de alternativas.

Hoje, por outro lado, vê-se por toda parte comportamentos e estratégias de rede que seriam absolutamente inaceitáveis há quinze anos atrás. Para alguém como eu, nascido exatamente na fronteira entre as gerações X e *Millennial*, a passagem de um momento para o outro foi motivo ao mesmo tempo de fascinação e choque. Por um lado, havia qualquer coisa de libertador. Porque muitas das crises que tínhamos no movimento global, experiências bastante destrutivas como a que acabou de relatar Amador, giravam em torno de uma paranoia contra qualquer manifestação da individualidade, fosse esta a expressão de um indivíduo ou de um coletivo (como, no caso, um grupo editorial). Era uma lógica que pressupunha que os espaços deveriam se manter indefinidamente abertos, o que implicava que a individuação de identidades dentro deles fosse imediatamente considerada suspeita, uma espécie de usurpação. E isto produzia “superegos de grupo”, para tomar emprestada uma expressão de Félix Guattari, altamente punitivos e fortemente inibidores. A relativa desinibição em que vivemos hoje implica não só muito mais capacidade de criação e realização, me

parece, mas também um desejo benéfico de falar para todo mundo, e não só para um público ativista. Enquanto o Indymedia jamais pretendeu ir além de um certo gueto ativista, hoje temos diversos exemplos de iniciativas bem-sucedidas — a Jacobin nos Estados Unidos e a Novara Media no Reino Unido vêm à mente — cuja proposta é atingir um público bem mais amplo.

O problema, por outro lado, é o quanto a comunicação passou a ser mediada pelo perfil pessoal, pela “marca” que se constrói nas redes, o que pode ser muito danoso para processos coletivos. Isto decorre, por um lado, da própria arquitetura das redes sociais, que fazem com que você se posicione como um indivíduo que disputa um mercado de likes, cultiva um público, estabelece um determinado “perfil”, desenvolve uma persona digital, etc. Por outro lado, quanto mais jovem você é, mais você já naturalizou esse tipo de operação, não só porque você já cresceu nesta arquitetura, mas porque cresceu num mundo em que empregos estáveis são cada vez mais raros, e é preciso estar permanentemente se promovendo, mantendo-se visível. Para os *millennials*, esta lógica do “empreendedor de si mesmo” é segunda natureza: você nada ou morre (O ideal *slacker* da Geração X, hoje vemos, era fruto de um momento em que o capital globalizado estava em expansão e o estado de bem-estar social ainda estava menos desmontado). Isso cria uma certa resistência a dissolver-se em processos coletivos, porque fazê-lo ameaça a capacidade de manter a própria individualidade, que é um imperativo inescapável. Pior, se as pessoas não constituem processos coletivos deliberadamente, são os algoritmos que irão constituir coletividades para elas — a partir da dinâmica competitiva da disputa por *likes*, da iteração de performances que progressivamente seleciona uma “bolha” ou câmara de eco, da cristalização de fenômenos de pensamento de grupo, do “narcisismo das pequenas diferenças”... Para a saúde de um ecossistema de movimento, tudo isto é extremamente prejudicial e produz resultados altamente disfuncionais.

AFS: Na assembleia onde decidimos por fim à nossa experiência como coletivo editorial de Indymedia- Madri, um dos amigos e companheiros – *hacker* e com muito mais olfato que os demais para ler as transformações de internet – nos falou dos blogs: “é o que vem”. Creio recordar que aos demais não nos pareceu nenhuma boa notícia: víamos como uma “privatização” ou uma “individualização” da experiência da rede.

A subjetividade militante chegou tardíssimo ao mundo dos blogs e também no das redes sociais. Tem a ver com uma rejeição — ética, estética, política — do “pessoal”. Em um blog (depois em um perfil, ou em uma timeline, ainda que as

coisas sejam distintas) elabora-se um “ponto de vista pessoal” sobre o mundo, no qual todas as dimensões da experiência vital (um livro, um sonho, relações amistosas, amorosas, políticas...) estão em um mesmo plano. A subjetividade militante, entretanto, era (era?) uma subjetividade muito mais “dissociada”: o fazer político é a “figura” que se destaca sobre o fundo (oculto) da vida cotidiana.

Entretanto, agora penso que nos equivocamos naquela assembleia ao julgar “o que vinha” *simplesmente* como uma expressão do “narcisismo autorreferencial das subjetividades contemporâneas”, incapazes de construir algo coletivo. Os blogs foram determinantes no movimento V de Vivienda⁸, por exemplo, assim como as redes sociais foram mais tarde para outros. Esse “ponto de vista pessoal” não era solipsista, mas se punha em relação com outros e criava assim uma conversa e um ecossistema: a blogosfera. Mais livre e descentralizado que o atual, onde estamos todos embolados nos “currais” de Twitter ou Facebook.

Nas manifestações espontâneas depois do atentado de 11 de março de 2004, no movimento *V de Vivienda* e dali em diante, ativou-se politicamente a confiança no “pessoal”: quanto mais “pessoal” for uma voz, maior credibilidade eu lhe outorgo. Por exemplo, força mobilizadora das mensagens que convocavam as pessoas a se manifestar no dia 13 de Março de 2004 contra o “apagão” midiático e as mentiras do governo do Partido Popular depois do atentado baseavam-se no fato de que eram mensagens que recebíamos de pessoas que conhecíamos.

É como se os blogs tivessem nascido como “resposta” aos males de Indymedia (o “ruído” do discurso hiperideologizado e desencarnado), “superando” seu contexto. Por um lado, a socialização da tecnologia para além das redes ativistas tornou a coisa política mais inclusiva e participável. Por outro lado, nessa blogosfera emergia uma subjetividade leitora/escritora mais robusta que a precedente, no sentido de que se experimentavam outros vínculos entre o eu e o nós, entre o pessoal e o comum. Está claro que, hoje em dia, a economia libidinal do ego nas redes sociais tem efeitos terríveis em todos os níveis. Mas como ir além sem voltar simplesmente para trás?

⁸ *V de Vivienda* (“V de Moradia”) foi um movimento surgido em 2006 em diversas cidades da Espanha, que protestava contra a especulação imobiliária e chamava a atenção para a bolha financeira que estava no coração da crise mundial que estouraria no ano seguinte. Com o slogan “*No vas a tener casa en tu puta vida*” (“Você nunca vai ter uma casa nessa porra dessa vida”), as ações irreverentes e chamativas do movimento deixaram aprendizados e estruturas que acabariam sendo importantíssimas para o movimento 15M (o chamado “movimento dos indignados”) que emergiria cinco anos depois.

MB: *Voltando ao mundo dos livros — esses retângulos de meio quilograma de peso com capas, páginas, letras e outras convenções que muitos de nós seguimos querendo e até venerando —, também nas últimas duas décadas a concentração de grandes redes editoriais coincidiu com o fenômeno das pequenas editoras independentes. Que balanço vocês fazem desse movimento? O que podemos aprender ainda em relação com as políticas do livro em relação a sua fabricação, distribuição, fomento de usos e tipos de leitura, etc.?*

FI: Sim, voltando a uma ideia do princípio, a edição em papel pode assumir uma função de corte diante do fluxo textual digital, então me parece que a chave é estratégica: em função de que projeto, de que lógica ou de que horizonte se produzem esses cortes? Nesse sentido, creio que a polaridade entre os “fetichistas do objeto-livro” e os “estrategistas editoriais” se apresentam em toda sua tensão. Nos primeiros, o que comanda o trabalho editorial é o gozo ligado à produção do objeto. Nos segundos, se trata de uma aposta política, de uma tentativa de intervenção em um campo intelectual. Obviamente, os processos reais são mais complexos que este esquema, e com frequência apresentam figuras editoriais que hibridizam elementos de ambas polaridades. Mas creio que o esquema é válido na hora de ler as práticas de publicação em papel nas condições contemporâneas de disponibilidade digital: se não é para permitir o acesso ao texto, para que editar um livro? Quanto de prazer do editor há, quanto de estratégia de intervenção (a qual, obviamente, costuma implicar o próprio prazer)?

MB: *A pergunta, muito ampla e geral, seria: o que é ler em nossa era digital? E como a leitura pode se vincular ainda a práticas de transformação social?*

AFS: Inspirado na leitura recente de um par de artigos de Diego Sztulwark sobre Pierre Hadot e Ricardo Piglia, me ocorre dizer que ler poderia ser, na era digital, um trabalho ou uma técnica de “cuidado de si”. Vivemos, como é bem sabido, na época da dispersão, da interrupção, da multitarefa. O caráter “político” da leitura-escritura não poderia ter a ver hoje já não somente com a “formação” (ou qualquer outra maneira de vê-la como o “meio” para um “fim”), mas com a experiência que habilita? Estar ali e não em outro lugar. Estar concentrado e não disperso. Estar em algo e não “em tudo e em nada”. Encontrar um tempo e um espaço próprios. Fixar alguns pensamentos. Afundar-se no mundo que o outro nos propõe e ao mesmo tempo ativar nossa imaginação sensível para nos “reapropriarmos” dele. Poderíamos pensar a leitura e a escritura, a começar pelos mil cadernos, blocos de nota que se leva consigo, como uma “disciplina”

de coleta e registro de impressões, conexões e elaboração de sentido contra o ruído mental, a vida adiada, a dispersão e a interrupção permanentes, etc.

FI: Adiciono uma perspectiva a mais. Se definimos o pensamento como “a prática de pensar a prática”, o momento em que uma experiência, singular ou coletiva, adquire reflexividade, o centro dessa prática de pensamento estará no que faz obstáculo — como bloqueio ou como ameaça de dispersão — à dita experiência situada. Se esse trabalho de pensamento recorre à recombinação de hipóteses, ideias e conceitos, então podemos falar de ferramentas conceituais, utilizadas no trabalho de pensamento sempre de formas distintas, em função da singularidade do problema/obstáculo a se pensar. Finalmente, se chamamos “caixa de ferramentas” ao “espaço teórico” no qual esses conceitos se encontram em “disponibilidade”, preparados para ser apropriados por uma prática de pensamento, então as práticas de leitura poderão ser pensadas como os procedimentos que extraem esses elementos dos textos em função do enriquecimento da caixa de ferramentas. “Saquear” um texto para, de forma fragmentária e assistemática, obter dele as ferramentas que possam ajudar a mudar a vida e transformar o mundo.

MB: *Para terminar, gostaria que voltássemos a pensar a questão dos textos e seus usos em uma perspectiva de longa duração. A discussão sobre o peso efetivo que tiveram os textos nas culturas de esquerda pode oferecer distintas perspectivas. De um lado, pode-se destacar experiências como a do dirigente comunista chileno Luis Emilio Recabarren, fundador de numerosos jornais na pampa salitreira [região no norte do Chile] no começo do século XX; jornais que, em um habitat literalmente desértico, tiveram poderosos efeitos na criação de uma das tradições de esquerda mais potentes da América Latina (quase como oásis milagrosos que, em meio a condições sumamente hostis, se falava e se operava a partir de textos de Marx ou Bakunin). Por outro lado, a recente “guinada afetiva” das ciências humanas pode levar a uma relativização da anterior confiança ilustrada nas capacidades emancipatórias da leitura, em seu papel de favorecimento de sujeitos críticos e autoconscientes, etc. Para enfoques desse estilo, o universo das emoções é tanto ou mais efetivo na composição de mundos políticos que as ideias que veiculam os textos. Como veem esse debate? Que lugar pode ou deve ocupar a cultura escrita nos movimentos e experiências políticas que estão por vir?*

RN: Em certo sentido, pode-se dizer que a esquerda é a última “religião do livro”. É algo que se observa na relação obsessiva que o marxismo (sobretudo, mas não só) sempre manteve com seus textos fundadores, mas também na

preocupação constante de localizar precedentes históricos e definir posições diante de fatos passados. Há não só uma fé gigantesca no poder da palavra, como uma espécie crença implícita de que tudo já está de alguma forma dito em algum lugar — basta encontrar onde.

Disto resulta um modo muito problemático de atuar no mundo, que consiste em acreditar que o conteúdo lógico-racional dos enunciados é autossuficiente. Fazer isto é esquecer que enunciar algo é sempre já uma ação, um ato ou performance cujas associações afetivas que transcendem os conteúdos linguísticos, o que torna crucial pensar *como* se enuncia, e não somente *o quê*. Daí que a esquerda muitas vezes soe arrogante, desconectada da vida, e produza mais rejeição que adesão, inclusive — ou especialmente — quando o que se diz é aquilo que se espera que todos deveriam pensar. Daí também que frequentemente ela acabe chegando à conclusão de que, se as pessoas não dão ouvidos, é porque são burras, e não porque não estamos realmente falando com elas. Há uma confusão muito grande em medir a “radicalidade” de uma mensagem pela quantidade de significantes “radicais” com que ela é decorada: a cor vermelha, a foice e o martelo, um certo tipo de jargão, referências a este ou aquele episódio revolucionário... Na verdade, estes significantes só carregam alguma informação para quem os conhece, isto é, quem já é de esquerda. Para a grande maioria das pessoas, eles ou são indiferentes, ou despertam rejeição. Por que você cobriria uma mensagem que você considera importante com adereços que são não apenas inteiramente secundários, mas efetivamente detraem de sua capacidade de comunicar? Isto demonstra, na verdade, que com frequência a esquerda está menos interessada em comunicar-se com as pessoas do que em mandar sinais para outros grupos ou pessoas de esquerda.

Aí, se a população em geral a rejeita, ela pensa: as pessoas não estão preparadas para esta mensagem. Mas na verdade você jamais deu às pessoas a chance de apreciar a mensagem, porque você a cobriu de penduricalhos que eram direcionados para um outro público-alvo, inteiramente distinto. Ser materialista em política implica pensar a circulação dos enunciados em todas suas dimensões: não somente os conteúdos, mas também as formas estéticas e os afetos que ativamos ou com os quais nos conectamos. À guisa de epigrama, podemos dizer que um materialista é alguém que compreende que, na frase “*but if you go carrying pictures of Chairman Mao / you ain't gonna make it with anyone anyhow*” [se você anda por aí com retratos do presidente Mao, não vai se dar bem com ninguém de qualquer forma], o problema está em “*carrying pictures*” mais que em qualquer outra coisa.

Há também a ideia de que a dimensão afetiva seria uma mera ilusão de que é possível desfazer-se “ensinando” a verdade. Muito antes da chamada “virada afetiva”⁹, Spinoza já dizia que, ainda que o imaginativo possa ser uma perspectiva limitada sobre o real, ele traz consigo uma realidade *positiva*: embora eu identifique erroneamente as causas do que sinto, me sentir desta ou daquela maneira não é *falso*, porque é algo que efetivamente se produziu no mundo sob condições presentes nele. Isto se vincula ao tema tão atual dos populismos de direita. Como observou Yves Citton, se apenas dissermos para aqueles que se sentem sufocados pela insegurança econômica ou a criminalidade que é irracional ou moralmente condenável sentir-se assim, sem oferecer uma visão do que se deve mudar no mundo que produziu esses afetos para fazê-los desaparecer, é natural que as pessoas acabem procurando políticos que pelo menos finjam levar sua ansiedade a sério.

AFS: Não creio que nos sirva a distinção entre texto e emoção, escrito e afetivo. Sinto principalmente que forma parte da cultura (de separações e dissociações) que rejeitamos.

Há uma saudável revolta contra a “tirania do livro”. A que me refiro? Uma rebelião contra a Teoria que pressupõe a realidade sem escutá-la, projetando categorias prévias. É uma verdadeira “maldição” de nossa cultura política e intelectual. Ver o que se quer ver, ver o que esse ou aquele livro ou autor dizem que se deve ver. Esta cultura do livro é profundamente niilista porque no fundo a realidade não importa nada, é sempre signo de outra coisa: este ou aquele movimento, por exemplo, é a manifestação deste ou daquele Sujeito Político deduzido neste ou naquele livro. Se relacionar com signos é aplicar um código: o signo tem sempre um sentido e basta lhe colocar o código adequado. É uma relação muito desajeitada com os textos, muito rígida, muito alienada. Mas a saída não me parece que esteja em desassociar o pensamento dos afetos, mas em voltar a conectá-los (o que o filósofo francês Henri Meschinnic chama “restituir o ritmo” entre corpo e linguagem). Tomar o afeto, o ser afetado por algo, como aquilo que necessitamos para pensar, para ativar o pensamento, para sair da repetição (pressuposição/ projeção) e ir além. O afeto é o que interrompe

⁹ Convencionou-se datar o início da chamada “virada afetiva” nas ciências humanas a partir da metade dos anos 90, quando influentes trabalhos de Eve Sedgwick e Brian Massumi reabriram a discussão sobre o papel dos afetos ou emoções na vida social. Embora sejam muito diferentes entre si, elaborando influências tão diversas quanto a neurobiologia e as filosofias de Baruch Spinoza e Gilles Deleuze, os trabalhos agrupados sob este rótulo genérico têm em comum o fato de rejeitarem uma independência ou preeminência da cognição e do pensamento racional em relação à dimensão afetiva, e de pensar esta última em termos sociais e não meramente individuais.

os códigos preestabelecidos e nos põe em movimento. Não tem sentido, é o que nos empurra a uma criação de sentido.

Não é verdade que ler seja desconectar-se do mundo, nem que pensar requeira “arrancar-se os olhos”, como dizia Platão (que, ele sim, defendia esta oposição entre pensamento e mundo sensível). Não é verdade que “os textos imponham um real” e que, portanto, “a leitura não traga consigo nada sensível”. Ler pode ser relacionar-se com os afetos dissimulados em um texto, despertar seus desejos adormecidos. Não só decifrar mensagens ou informação racional contida em signos. Ler requer uma ativação da imaginação sensível: colocar junto às palavras que lemos nossas experiências ou vivências. Ler pode ser essa operação de tradução pela qual relacionamos o lido com o vivido com o pensado com o ouvido com o visto com o...

From global utopias, noise and recomposition: a conversation about reading practices and social movements

ABSTRACT

At least since the Enlightenment, reading stands on a nodal place in the emancipatory projects sheltered within leftist traditions. However, in the heat of the last two decades digital revolution, this privileged space has experienced deep transformations that may not yet have been sufficiently considered. In this dialog, Amador Fernández-Savater, Franco Ingrassia and Rodrigo Nunes, all of them were born in the 70's and have been actively involved in the last two decades social movements, unravel some aspects of recent changes in left-wing relations, social networks and reading practices. From their home cities by the time of this interview – Madrid, Rosario and Porto Alegre/London/Rio de Janeiro, respectively –, but in connection with many other places in the world, the three participants of this conversation have been since the 90's involved in many places and initiatives linked to the coming and going between thought and social movements.

Key-words: Ciberactivism, Left-wing, Reading practices, Social networks.